



Instituto  
Socioambiental

**ENTREVISTA DO PROF. DR. RAFAEL SANZIO DOS ANJOS –  
CIGA-UNB / PROJETO GEOAFRO AO INSTITUTO  
SÓCIOAMBIENTAL – SÃO PAULO.**

**TEMA: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL**



Foto: Rodrigo Vilela e Rafael Farias. Projeto GEOAFRO. Família quilombola. Território Kalunga, Cavalcante – GO. 2011

**REPÓRTER: OSWALDO BRAGA DE SOUZA  
BRASÍLIA, 08 DE JUNHO DE 2016**

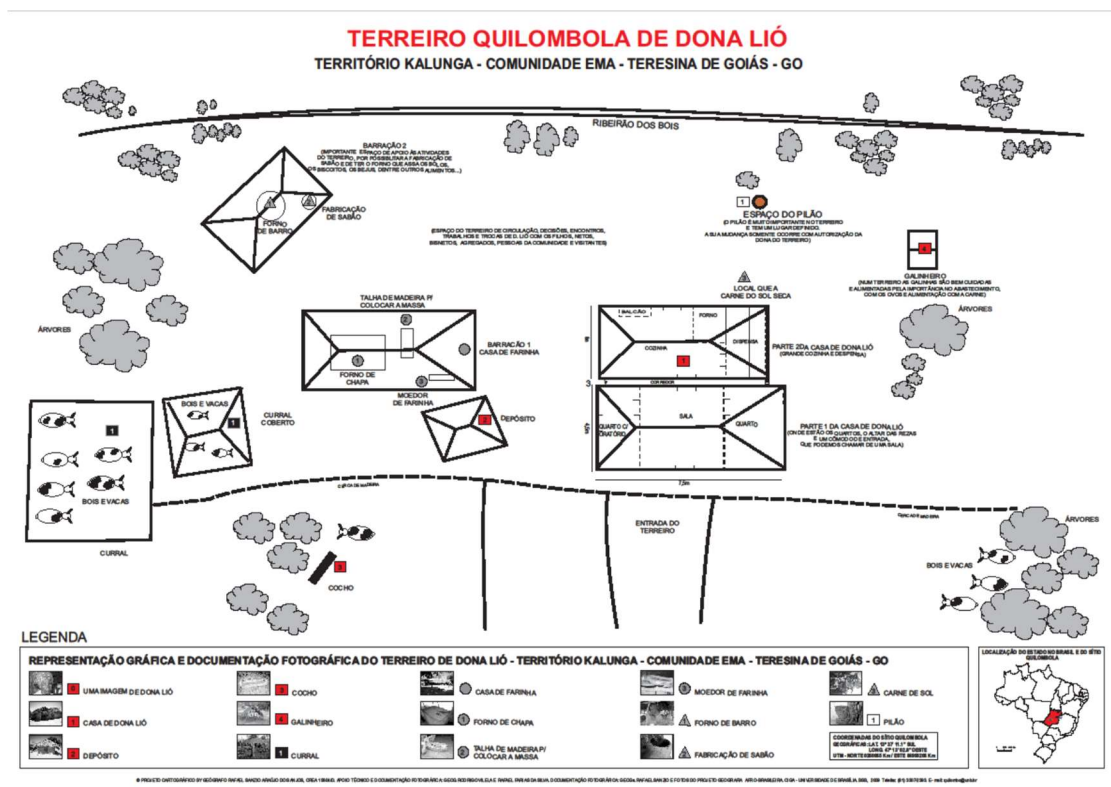
**Oswaldo Braga de Souza**- Há números confiáveis sobre o total de territórios e comunidades quilombolas existentes no Brasil hoje? Quais são?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - Inicialmente, uma palavra de agradecimento ao ISA, que tenho muito apreço pela sua equipe e o seu histórico junto aos territórios tradicionais do Brasil e na América do Sul. Existe já um consenso que se alarga cada vez mais, de que a historiografia brasileira oficial tem pendente ainda uma reconstrução na “invisibilidade” e na “interpretação-representação” de alguns seguimentos fundamentais da formação do seu território e do seu povo. As matrizes africanas são as que mais se acometem neste “buraco da inexistência”, sobretudo no processo educacional e na gestão territorial. O pensamento social dominante no Brasil tem dificuldades reais para entender que os quilombos fazem parte do presente e, quando tomam ciência que os territórios tradicionais quilombolas estão na contemporaneidade, ocorre geralmente uma perplexidade quanto os números das comunidades resistentes e os estereótipos, que são ferramentas estratégicas para justificar a não inserção, são frequentes. A questão de fundo é que a “visibilidade” dos quilombos contemporâneos incomoda o sistema dominante porque traz à tona as demandas pendentes do Brasil Colonial escravocrata e preconceituoso. Importante lembrar que o nosso país foi um dos últimos a sair oficialmente do sistema escravocrata e saiu do regime opressor sob pressão e sem querer, portanto zangado! Nas estruturas conservadoras a questão dos territórios quilombolas traz à luz um ponto estrutural que é a “terra”, que tem ainda um significado de poder e domínio e, os descendentes dos africanos escravizados ter “terra” no Brasil nunca fez parte das estratégias coloniais-imperiais e nem deste momento histórico. Vivemos já pelo menos cinco séculos com este conflito territorial, ou seja, a indefinição dessa fronteira étnica antiga é o fio condutor do conjunto de dificuldades (institucionais e políticas) que se processam nas resoluções desses espaços tradicionais afrobrasileiros. A incompleta e fragmentada cartografia temática quilombola oficial continua sendo um dos gargalos iniciais do processo de gestão e regularização desses territórios tradicionais, uma vez que o conhecimento espacial dos sítios, assim como, uma base de dados com a sistematização das estatísticas confiáveis, configuram a gravidade do desconhecimento dos fatos geográficos e confirmam a negligência oficializada com estes e outros mosaicos étnicos africanos configurados nos territórios usados (rural e urbano) do país. Dessa forma, a cartografia nacional quilombola que poderia ser o principal instrumento para localização, conhecimento e gestão, continua pendente e sem perspectiva real de resolução. Importante não perder de vista que o modelo de tratamento pelo setor decisório para as questões dos quilombos contemporâneos é marcado pela pulverização das atribuições institucionais (distintos órgãos e setores), fato que enfraquece e atrasa as articulações necessárias.

**Oswaldo Braga de Souza** - Quando esse levantamento foi feito e quais são suas fontes?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - O Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (GEOAFRO) que tocamos no CIGA-UnB ([www.ciga.unb.br](http://www.ciga.unb.br)) realizou alguns cadastros dos registros municipais com base nos dados secundários, disponibilizados por organismos governamentais das várias esferas (nacional, estadual e municipal) e entidades negras

representativas do país e, estas bases informacionais foram referências oficiais em algumas gestões públicas. Os últimos dados sistematizados para todas as unidades políticas do Brasil estão no livro *Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais* (Mapas Editora & Consultoria, 2009. [http://www.ciga.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58:quilombos-geografia&catid=40&Itemid=127](http://www.ciga.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58:quilombos-geografia&catid=40&Itemid=127)). Uma premissa do nosso Projeto acadêmico é estar presente na sociedade civil e com parceria junto ao Estado, mas sem comprometer a sua função e nem ocupar o seu lugar. Nesta direção, verificamos que já era o momento do Governo assumir esta cartografia nacional e criar as condições para mensurar com precisão e dar visibilidade oficial no nosso país. Entretanto, a estratégia geopolítica de não realizar este documento cartográfico tem sido uma maneira oficial para não responder a algumas perguntas básicas, como por exemplo: quantos sítios existem com estas matrizes africanas? Qual a configuração das suas populações e quais os saberes e conhecimentos desses territórios usados? Qual o nível de vulnerabilidade das comunidades, ou seja, quantas estão em risco de existência? Estes são alguns dos pontos que merecem nossa atenção e ocupação e não preocupações de eliminação e exclusão, uma vez que os quilombos contemporâneos podem e devem ser vistos como solução e não problemas para a nação. Abaixo um exemplo da representação espacial de um terreiro quilombola tradicional com suas referências da diversidade, das sobrevivências, da resistência, da criatividade e, principalmente, um bom uso e ordenamento do território.

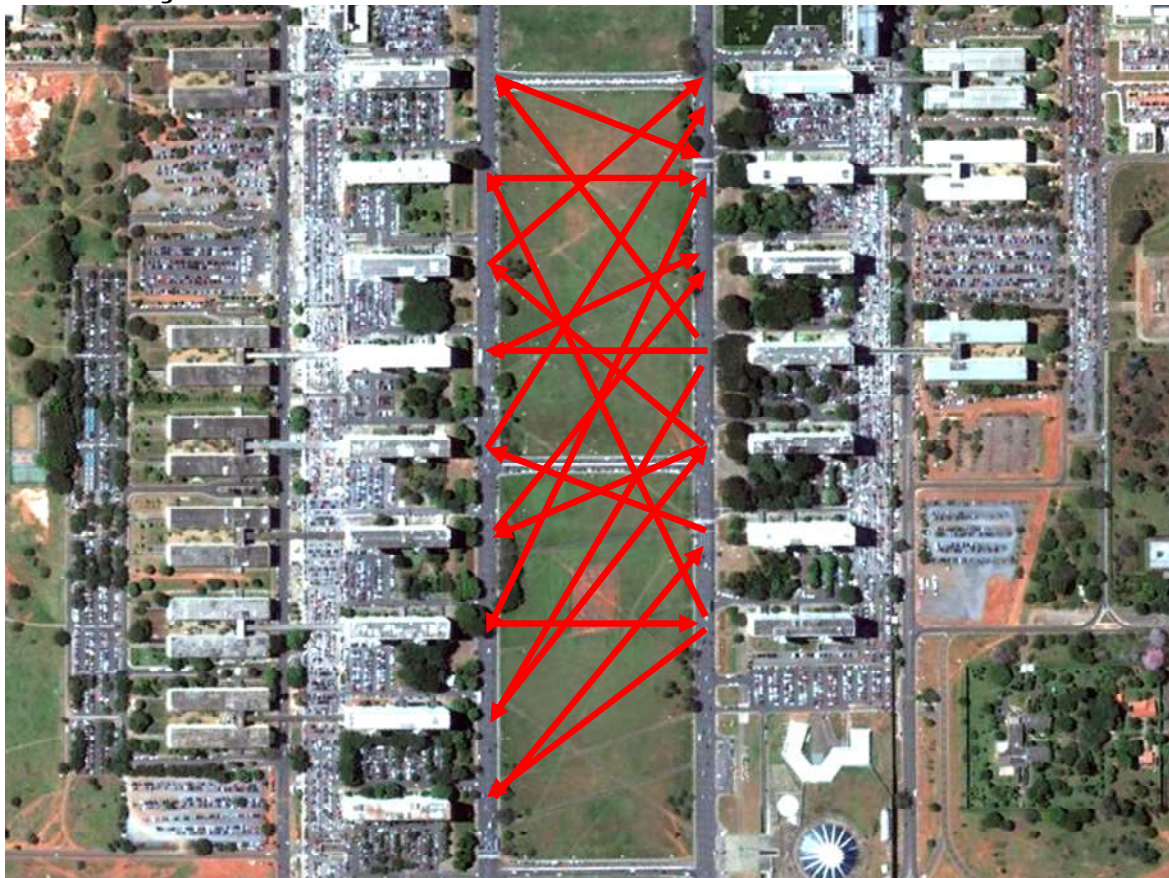


Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas. Mapas Editora & Consultoria, 2011. [http://www.ciga.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=87:territorialidade-quilombola-fotos-a-mapas&catid=54:2011&Itemid=127](http://www.ciga.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87:territorialidade-quilombola-fotos-a-mapas&catid=54:2011&Itemid=127)

**Oswaldo Braga de Souza** - Quais as principais mudanças na política de oficialização de territórios quilombolas no governo de Dilma Rousseff? Qual sua avaliação geral do governo de Dilma nessa área em comparação com os governos anteriores?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - Os fatos revelam que nas duas últimas décadas não houveram mudanças significativas no modelo institucional fragmentado para gerir as demandas do espaço geográfico quilombola, ou seja, distintos organismos com atribuições diferenciadas e incompatibilidades legais e políticas que inviabilizam a eficácia na sustentabilidade e na regularização dos territórios ancestrais. Sem alteração deste modelo vigente do tipo “cama de gato”, as ações mais focadas institucionalmente e de maior responsabilização territorial continuarão comprometidas.

### **ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS EM BRASÍLIA E O FLUXO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS TIPO “CAMA DE GATO”.**



Elaboração: ANJOS, R.S.A., CIGA – UnB, Brasília, 2014 \ Fonte imagem satélite: Google Earth, extrato junho-2014 Publicação: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/102810/105686>

**Oswaldo Braga de Souza** - Quais as principais motivações para essas mudanças na sua avaliação?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - O ponto chave é que em quase todos os modelos de gestão territorial alguém ou alguma instância ganha “espaço” e outros perdem ou ficam com os seus comprometidos. Se verificarmos o histórico dos processos de reconhecimento e de titulação dos territórios quilombolas desde a Constituição de 1988 até o momento atual, a constatação é de instabilidade,

fragmentação, morosidade e ausência de ações. É esta balança que precisa ser alterada e equilibrada pelo setor decisório!

**Oswaldo Braga de Souza** - Qual a principal diferença entre a questão da titulação dos territórios quilombolas e a de outras comunidades e territórios (indígenas, extrativistas, UCs)? Por que a titulação dos territórios quilombolas avança tão lentamente? A resistência à titulação e a discriminação com essas comunidades são maiores? Por quê?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - Primeiro, é necessário distinguir que as escalas geográficas diferenciadas dos territórios tradicionais no Brasil (contextos regionais, locais e cadastrais) vão configurar distinções jurídicas, assim como, variações nos interesses conflitantes e, sobretudo o tamanho da cobiça empresarial – econômica. Os territórios quilombolas são numerosos no Brasil, mas geralmente sem grandes extensões territoriais, se comparados às terras indígenas do centro e do norte do país. Esta lentidão observada é mais uma das evidências da “invisibilidade” e da “negação” dessas comunidades no setor decisório e esta constatação é muito ruim para o país que detém a segunda maior população de matriz africana do planeta, mas que não consegue se reconhecer pelo preconceito secular resistente. Neste sentido, a alteração do paradigma da falta de informação como manutenção da “zona de conforto” é estrutural, porque possibilita rever um dos pilares do racismo e do preconceito, que é a falta de informação.

**Oswaldo Braga de Souza** - Qual a perspectiva para a oficialização dos territórios quilombolas a partir da ascensão do governo de Michel Temer? Qual sua avaliação da nova estrutura de órgãos destinada a promover a titulação com o governo de Michel Temer?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - O Brasil chegou na sua encruzilhada secular dividido por dois “Brasis”: um formal, legal e oficial (visível) e, outro informal, ilegal e marginal (invisível). A fronteira do conflito esta colocada (como nunca esteve anteriormente) e a criação de perspectivas neste contexto são temerárias, devido às incertezas de todos os seguimentos envolvidos. Entretanto, a ação é necessária com diz o mestre Milton Santos: “A ação é sempre presente, não há ação passada, nem ação futura, há apenas ação presente. E a ação de alguma forma resulta de escolhas.” (1998). Como expressei anteriormente, vivemos oficialmente ainda um processo desrespeitoso e pouco sistemático na resolução das demandas quilombolas (educação, saúde, reconhecimento e demarcação fundiária, fluxo migratório, sustentabilidade ambiental, turismo étnico, dentre outras) e nem em relação ao conjunto amplo das matrizes africanas territorializadas com comprometimentos no Brasil. No país mais africano fora da África, pelo menos duas referências merecem ser destacadas: primeiro, o processo de manutenção do desconhecimento do continente africano pela população brasileira, principalmente no sistema escolar é um fato que compromete estruturalmente as mudanças no preconceito crescente e fortalece a manutenção do racismo e, outro ponto que me parece relevante, é a necessária revisão dos métodos de aferição oficial do povo brasileiro, particularmente dos de ascendência nos distintos países africanos, uma vez que, atualmente grande parte da população esta caracterizada como “parda”, ou seja, sem identidade definida no critério aplicado. Falta ação para sairmos da encruzilhada!

**Oswaldo Braga de Souza** - Como está a questão dos conflitos pelas terras quilombolas no País? Quais os números disponíveis?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - O Projeto GEOAFRO não monitora estes registros territoriais, principalmente pela dificuldade de acesso aos dados.

**Oswaldo Braga de Souza** - Onde os conflitos são maiores? Por quê?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - Apesar do Brasil ter se tornado um país de concentração do seu povo no espaço urbano, os conflitos de fronteira e uso nos territórios tradicionais se processam historicamente no espaço rural da nação. Devido ao modelo de gestão governamental e as tentativas de alteração dos marcos legais, esta "geografia dos conflitos" está potencializada em todo o território nacional.

**Oswaldo Braga de Souza** - Existe um mapa sobre comunidades quilombolas no Brasil?

**Prof. Dr. Rafael Sanzio** - Elaboramos em 2014 um mapa temático para compor uma publicação da Unesco, dentro do Projeto Rota do Escravo que realizou no nosso país o Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil (LABHOI-UFF <http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico>). Esta cartografia quilombola que localiza aproximadamente os sítios quilombolas no país "fala" por si só, mas o documento cartográfico possibilita verificar uma das respostas espaciais mais significativas dos quatro séculos de sistema escravista e, é mais um indicador espacial que revela porque o Brasil é a nação mais africana fora da África.

Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
Prof. Titular da Universidade de Brasília  
[www.rafaelsanziodosanjos.com.br](http://www.rafaelsanziodosanjos.com.br)



# BRASIL

## DISTRIBUIÇÃO APROXIMADA DOS SÍTIOS DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

